



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS

PROC.LIC. Nº _____/____

FOLHA Nº _____

Rubrica: _____

CONTRATAÇÃO DIRETA
006/2026

CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ-MS

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO MESA DE SOM DIGITAL 18 CANAIS, TABLET, ROTEADOR E ESTABILIZADOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ-MS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 14.071,16 (quatorze mil, setenta e um reais, dezesseis centavos)

DATA/HORA LIMITE PARA ENVIO DA PROPOSTA
ATÉ 03/07/2026 ÀS 08:00H (HORÁRIO LOCAL)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

ft



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

MINUTA DE EDITAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 006/2026
(EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Itaporã-MS, realizará Dispensa, com critério de julgamento Menor Preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

De 29/06/2026 a 03/07/2026 até as 08:00h (horário local)

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Dia: 03/07/2026 às 08:10h (horário local)

Local: Rua Antônio João Ribeiro nº 570, Centro, Itaporã/MS.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Contratação de empresa especializada para a aquisição mesa de som digital 18 canais, tablet, roteador e estabilizador, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Itaporã-MS.

2. PARTICIPAÇÃO:

2.1 Somente poderão participar desta Dispensa as empresas enquadradas como ME/EPP/MEI, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste processo.

2.2 Os fornecedores interessados deverão encaminhar suas propostas comerciais e documentação de habilitação para o setor de compras da Câmara Municipal de Itaporã na **forma presencial**, cujos endereços encontra-se no preâmbulo deste edital, durante o período definido neste edital como "Período de Recebimento das Propostas", observando, na formulação do preço, o máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, podendo utilizar-se do modelo sugerido no Anexo II a este Edital.

2.3 O licitante deverá informar na proposta a marca, modelo no que se aplicar, descrição do produto/serviço e demais informações de acordo com o Anexo I – Termo de referência deste Edital e demais características do(s) produtos/serviços ofertado(s).

2.4 A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

2.5 Serão desclassificadas:

- a) Propostas encaminhadas após o período estipulado neste edital;
- b) Com valores acima dos estipulados no presente processo através dos preços médios do Anexo III.
- c) Bem como, as que não atenderem as demais condições estabelecidas.

2.6 Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta que ofertar o menor preço.

FL



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

3. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:

3.1 A presente dispensa presencial ficará aberta a partir da data da divulgação e os respectivos documentos deverão ser encaminhados na Câmara Municipal de Itaporã-MS, no Setor de Licitações preferencialmente fazendo referência a DISPENSA.

3.2 Até o prazo final de recebimento das propostas as empresas interessadas deverão encaminhar em envelope lacrado as seguintes documentações:

3.1 **A Proposta de Preços**, que poderá ser preenchida, conforme **Anexo II** deste aviso, devendo conter todas as informações exigidas no referido formulário.

3.2 No preenchimento da proposta deverá, obrigatoriamente, estar informada no campo próprio: especificações e/ou marcas dos materiais/produtos ofertados, número do processo, número da dispensa, razão social, carimbo do CNPJ e assinatura do representante legal da empresa;

a) Caso o fornecedor seja o fabricante, neste caso, a fim de não se identificar, o fornecedor pode utilizar, no campo marca/modelo, a expressão "MARCA PRÓPRIA";

b) Valor do item, conforme disposto no modelo da Proposta de Preços, sendo admitido no valor unitário, até 2 (duas) casas decimais após a vírgula;

c) Prazo de validade da proposta: O prazo não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão fixada para a abertura da licitação;

d) Na falta de tal informação ou indicação de prazo inferior, será considerado o prazo citado na alínea anterior.

4. HABILITAÇÃO:

4.1 Até o prazo final de recebimento das propostas e documentos de habilitação as empresas interessadas deverão encaminhar em envelope lacrado as seguintes documentações:

4.2 Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (**Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato social consolidado**);

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

4.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista e outras:

4.3.1. Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

FL



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

4.3.2. Certidão Conjunta Negativa, ou Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Federal e INSS**, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

4.3.3. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei;

4.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa, expedida pelo órgão competente, relativa ao domicílio ou sede da licitante que ora se habilita, **através de Certidão de Débitos Gerais ou Mobiliários**, de acordo com o expedidor;

4.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

4.3.6. Certidão Negativa ou Positiva, com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011 e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011; (www.tst.jus.br).

4.4. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

4.4.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante. Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias.

4.5 Declarações expressas da licitante, sob as penalidades cabíveis, de que:

4.5.1. Declaração Unificada;

4.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

4.6.1. Declaração de enquadramento e observância dos limites de contratações para ME/EPP, se for o caso.

5 DA RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

5.1. Encerrada a fase de recebimento das propostas e após toda instrução processual, os autos serão remetidos a autoridade competente para ratificação/homologação do processo.

6 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá o Legislativo revogar o presente Edital da dispensa presencial, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. O Legislativo deverá anular o presente Edital da dispensa presencial, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.3. A anulação do procedimento de dispensa presencial, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

FL



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

6.4 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Proposta.

Anexo III – Preço máximo de referência.

Anexo IV – Modelo de Declaração Unificada.

Anexo V – Modelo de Declaração de ME/EPP.

Anexo VI – Modelo de Minuta de Contrato.

Itaporã-MS, 29 de junho de 2026.

Flávio da Silva de Godoy
Presidente da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS

PROC.LIC. Nº _____/____

FOLHA Nº _____

Rubrica: _____

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO MESA DE SOM DIGITAL 18 CANAIS, TABLET, ROTEADOR E ESTABILIZADOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ-MS.

II - JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade da Câmara Municipal de Itaporã/MS quanto à modernização e melhoria da estrutura de sonorização utilizada nas atividades legislativas, institucionais e administrativas realizadas no plenário e demais dependências desta Casa de Leis.

Atualmente, os equipamentos de áudio utilizados apresentam limitações técnicas, desgaste decorrente do uso contínuo e insuficiência operacional para atender com qualidade as demandas das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, reuniões institucionais, transmissões ao vivo e demais eventos promovidos pela Câmara Municipal.

A aquisição de uma mesa de som digital visa proporcionar maior qualidade sonora, estabilidade operacional, controle técnico dos canais de áudio, redução de interferências e melhor gerenciamento das atividades de captação e transmissão do som, garantindo melhores condições de comunicação entre vereadores, servidores, participantes e público presente, bem como aprimorando as transmissões realizadas pelos canais oficiais do Poder Legislativo.

Ressalta-se que a Câmara Municipal de Itaporã/MS realiza regularmente sessões legislativas e eventos públicos que demandam sistema de sonorização eficiente, sendo indispensável a utilização de equipamento moderno, compatível com as necessidades institucionais atuais e com os padrões tecnológicos disponíveis no mercado.

Além disso, a contratação contribuirá para:

- melhoria da qualidade das sessões e eventos oficiais;
- maior eficiência na operação do sistema de áudio;
- redução de falhas técnicas e custos com manutenção corretiva;
- fortalecimento da transparência e da publicidade dos atos legislativos, especialmente nas transmissões públicas.

Diante disto, é necessário a realização da contratação de empresa especializada para a aquisição de mesa de som digital de 18 canais, tablet, roteador e estabilizador. A contratação poderá ser efetuada mediante certame licitatório, na modalidade dispensa de licitação art. 75, II, da Lei 14.133/21. A aquisição deverá ser realizada por meio de dispensa de licitação, sobre o **Menor Preço Item**.

Por fim, destaca - se que há orçamento suficiente para essa contratação na Dotação orçamentária do ano de 2026.

III - VIGÊNCIA DO CONTRATO E OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

O contrato vigorará da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

IV - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

Especificações técnicas do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE
01	Mesa de Som de 18 canais: Características: Bivolt. - 16 pré-amplificadores de microfones; - 02 entradas de linha P10 TRS. - 06 AUX sends com conectores XLR balanceados, processamento de dinâmica, equalizadores full paramétrico e equalizadores gráficos de 31 bandas. - L/R Master com conectores XLR balanceados. - Sistema WiFi incluso, ou seja, você não precisa de um roteador wireless. - Interface de gravação USB 18 in/ 18 out. - Conexão MIDI in e MIDI out. - 47 plugins incluindo emulações dos famosos LA2A, UREI 1176, Equalizadores Pultec maquinas Lexicon e muito mais. - Operação remota via WiFi podendo ser utilizado com Windows, Mac OS, Linux, Ipad, Iphone e Android. - Dimensões: (AxLxP) 15 x 34 x 14 - Peso: 4Kg.	Un.	01
02	Tablet: Mínimo de 128GB, wifi, câmera principal 13mp, câmera frontal 12mp, mínimo de 8 GB ram, bateria de mínimo de 8.000 mAh, resistente à água e poeira. Tela no mínimo 10". S pen e capa teclado inclusas. Carregador de parede incluso. Produto deve ser novo, sem uso. Não serão aceitos produtos reconicionados, usados ou de mostruário. Deve estar devidamente homologado pela ANATEL.	Un.	01
03	Roteador: Características Wireless; Frequências: 2.4 GHz e 5 GHz (Dual Band Simultâneo); Velocidade 5 GHz: Até 867 Mbps (802.11ac); Velocidade 2.4 GHz: Até 300 Mbps (802.11n); Potência de Transmissão: CE: <20dBm(2.4GHz), <23dBm(5GHz); Modos de Operação: Roteador, Ponto de Acesso (AP) e Repetidor de Sinal. Características de Hardwar e Portas Ethernet: 1 Porta WAN 10/100 Mbps + 4 Portas LAN 10/100 Mbps; Antenas: 4 Antenas externas fixas omnidirecionais; Botões: Botão WPS/Reset, Botão Ligar/Desligar Wi-Fi e Botão Liga/Desliga Geral; Fonte de Alimentação: 9V – 0.85A (Acompanha o produto)	Un.	01
04	Estabilizador: Potência (VA): 500 VA; Tensão 127 V; Filtro de linha: equipamentos com filtro de linha de alta capacidade	Un.	01

A entrega do objeto desta licitação vai correr por conta da Contratada. Somente serão aceitos produtos novos, de primeiro uso, em conformidade com a proposta apresentada e adjudicada.

A aceitação será condicionada à verificação da conformidade técnica e da quantidade entregue, mediante termo de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 140 da Lei n.º 14.133/21.

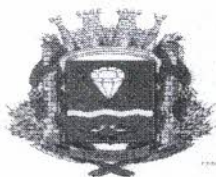
Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, prestada diretamente pelo fabricante, com assistência técnica autorizada em território nacional, preferencialmente no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em caso de defeito ou não conformidade, os produtos deverão ser substituídos pelo fornecedor no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem custos adicionais para a Administração.

O não atendimento às especificações ou às condições estabelecidas implicará rejeição parcial ou total do fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº14.133/2021.

Prazo de entrega dos produtos:

As entregas serão feitas de forma única, e deverão ser entregues em até 15 dias úteis contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou na data prevista nela. As despesas de



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes dela serão por conta do fornecedor.

Local de entrega dos produtos:

A entrega dos produtos adquiridos deverá ser feita na Câmara Municipal de Itaporã-MS, sito à rua Antônio João Ribeiro nº 570, Centro, CEP: 79890-009, neste município, em dias úteis, no horário das 07:00h às 12:00h, após o recebimento da autorização de fornecimento, nas especificações ali indicadas.

Observando-se os seguintes tópicos:

c) Responsabilidade pela Entrega: O transporte, seguro e demais encargos até a efetiva entrega correrão por conta do fornecedor;

d) Comprovação da Entrega: O recebimento será formalizado por meio de termo de recebimento provisório, seguido de termo definitivo após a verificação do cumprimento das especificações, conforme art. 140 da Lei 14.133/21.

e) Penalidades: O atraso na entrega ou a entrega em desconformidade sujeitará o fornecedor às sanções previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, incluindo multas, impedimento de licitar e contratar com a Administração, e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da infração.

V – DO PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados mediante ordem bancária no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 25 combinados com o Art. 92, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Serão retidos os tributos e taxas legais do valor da Nota Fiscal, se for o caso.

Os pagamentos devidos à licitante vencedora serão por meio de Ordem Bancária, devendo para isso ficar especificado:

- Nome do Banco.
- Agência com a qual opera.
- Localidade.
- Número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.

As Notas Fiscais deverão ser preenchidas com as descrições dos itens constantes na Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho, bem como quantidade, valor unitário, valor total de cada item e valor total da nota, ou seja, em conformidade com a proposta de preços apresentada no processo licitatório.

O pagamento somente será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação, ou seja, mediante apresentação das certidões negativas de débitos com a Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhistas, em plena validade, nos termos do Art. 92, XVI Lei 14.133/21.

Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o Legislativo de Itaporã, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela empresa vencedora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

Não será efetuado qualquer pagamento a licitante vencedora enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidades.

A Câmara Municipal não efetuará nenhum pagamento a licitante vencedora sem a devida apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, além das demais exigências legais.

A Administração designará formalmente gestor e fiscal da contratação, nos termos dos artigos 7º e 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto, bem como registrar as ocorrências verificadas e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

VI - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Fornecer o objeto deste instrumento de acordo estritamente com as especificações descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição ao mesmo quando constatado no seu recebimento, não estar em conformidade com as referidas especificações.

Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte.

Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhista, previdenciários, da infortúnica do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução desse contrato. A inadimplência da contratada, com referência a esses encargos, não transfere a contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

A licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas.

Instruir o fornecimento dos materiais com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento.

Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

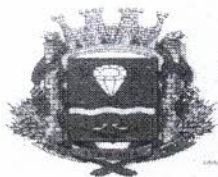
Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Câmara Municipal de Itaporã-MS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo representante da Câmara.

Responsabilizar-se pela assistência técnica dos equipamentos durante todo o período de garantia, promovendo, sem ônus para a Administração, os reparos, substituições ou correções necessárias em decorrência de defeitos de fabricação, funcionamento ou desempenho dos equipamentos fornecidos.

A CONTRATADA deverá observar e cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando as medidas técnicas e administrativas necessárias para proteção de dados eventualmente tratados em razão da execução da contratação, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes do tratamento inadequado ou em desconformidade com a legislação vigente.

VII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÁ

Providenciar os pagamentos à CONTRATADA na apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas nos prazos fixados.

Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

VIII – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

Aspectos gerais do objeto:

A demanda inicial, após averiguação técnica, indica a necessidade da contratação conforme segue.

ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI

IX – DA SUBCONTRATAÇÃO

Dada a natureza não se vislumbra contratação correlata e/ou interdependentes para o modelo a ser adotado, portanto, não se aplica.

X – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição integrada de:

- 01 mesa de som digital;
- 01 tablet para operação remota;
- 01 roteador wireless;
- 01 estabilizador de energia.

Os equipamentos atuarão conjuntamente na captação, processamento, gerenciamento e transmissão do áudio das atividades legislativas, proporcionando melhoria significativa da qualidade operacional e da transparência institucional.

Diante disto, é necessário a realização da contratação de empresa especializada para a aquisição de mesa de som digital de 18 canais, tablet, roteador e estabilizador. A contratação será efetuada mediante certame licitatório, na modalidade dispensa de licitação art. 75, II, da Lei 14.133/21. A aquisição deverá ser realizada por meio de dispensa de licitação, sobre o **Menor Preço Item**.

Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência.

XI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas na dotação orçamentária, prevista no orçamento do contratante, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

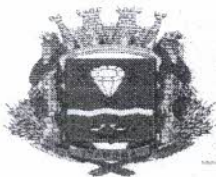
Órgão 01 – Câmara Municipal de Itaporá

Unidade 0101 – Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 01.031.1044.4029.0000

Elemento de despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Desdobro: 4.4.90.52.30 – Máquinas e Equipamentos Energéticos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

Órgão 01 – Câmara Municipal de Itaporã

Unidade 0101 – Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 01.031.1044.4029.0000

Elemento de despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Desdobro: 4.4.90.52.33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto

Órgão 01 – Câmara Municipal de Itaporã

Unidade 0101 – Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 01.031.1044.4029.0000

Elemento de despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Desdobro: 4.4.90.52.35 – Equipamentos de Processamentos de Dados

XII - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Da fiscalização:

Cumprindo o disposto no artigo 117, da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contratos designado pela Administração.

a) O fiscal de contratos anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos, podendo recusar o objeto da contratação que estiver em desacordo com o padrão de qualidade, ou impróprio para a finalidade a que se destina;

b) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal de contratos deverão ser encaminhadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias.

Conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/21, o contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

A Administração, na gestão do contrato, buscará garantir o cumprimento de obrigações do Contratado, são elas:

- a) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender com brevidade;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e exigências constantes deste instrumento, inclusive todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- c) Responsabilizar-se civil, administrativa e criminalmente por qualquer descumprimento das disposições legais e contratuais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão;
- d) Arcar com todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, que decorrerem da execução do objeto da contratação;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação.

Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da mesma Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

XIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Câmara Municipal de Itaporã/MS poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS

PROC.LIC. Nº _____/____

FOLHA Nº _____

Rubrica: _____

Advertência;

Multa, na forma prevista neste contrato.

Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, quando a CONTRATADA:

- a) Recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta dentro do prazo de validade;
- b) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à Fiscalização;
- c) Transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- d) Executar o objeto deste Contrato em desacordo com o projeto e normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- e) Desatender às determinações da Fiscalização;
- f) Cometer qualquer infração às normas legais, Federais, Estaduais e Municipais,
- g) Respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
- h) Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual;
- i) Não iniciar sem justa causa, a execução do objeto, no prazo fixado.

Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato quando a CONTRATADA:

- a) Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;
- b) Recusar-se a executar, sem justa causa no todo ou em parte o objeto do presente Contrato;
- c) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé venha a causar dano à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

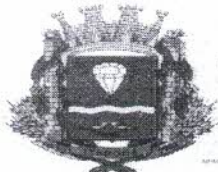
Suspensão temporária de participar em licitação e contratar com o Município de Itaporã-MS, pelo período de até 02 (dois) anos, no caso ou não do cumprimento de cláusula contratual ou quando ocorrer a rescisão unilateral do CONTRATO por culpa da CONTRATADA;

- a) Declaração de inidoneidade pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, independentemente da rescisão, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade
- b) A multa aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhida aos cofres da Câmara Municipal de Itaporã/MS, dentro de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação.
- c) Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, quando a CONTRATADA:
- d) Recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta dentro do prazo de validade;
- e) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à Fiscalização;
- f) Transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- g) Executar o objeto deste Contrato em desacordo com o projeto e normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- h) Desatender às determinações da Fiscalização;
- i) Cometer qualquer infração às normas legais, Federais, Estaduais e Municipais,
- j) Respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
- k) Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual;
- l) Não iniciar sem justa causa, a execução do objeto, no prazo fixado.
- m) Apresentar documentação falsa comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato quando a CONTRATADA:

- a) Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;
- b) Recusar-se a executar, sem justa causa no todo ou em parte o objeto do presente Contrato;
- c) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé venha a causar dano à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

A suspensão temporária de participar em licitação e contratar com a Câmara Municipal de Itaporã-



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS

PROC.LIC. N° _____/____

FOLHA N° _____

Rubrica: _____

MS, pelo período de até 03 (três) anos, no caso de não do cumprimento de cláusula contratual ou quando ocorrer infração prevista no art. 155, da Lei 14.133/2021;

Declaração de inidoneidade pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, independentemente da rescisão, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

A multa aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhida aos cofres da Câmara Municipal de Itaporã/MS, dentro de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação.

XIV - ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

Os preços unitários referenciais estão expressos na tabela Anexo II do Edital.

XV – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A forma e critérios de seleção do fornecedor encontram-se no Edital.

XVI – CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão julgadas com critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Itaporã – MS, 29 de junho de 2026.

Aprovado por:

Flávio da Silva de Godoy
Presidente

MODALIDADE DISPENSA		NÚMERO 6/2026	TIPO Menor Preço Unitário	FLS
PROPOSTA DE PREÇOS				
Proponente:				
Endereço:				
Cidade:				
Telefone:				
Fax:				
Rubrica:				
Processo Nº 000012/26				
Data:				

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	ESTABILIZADOR COM FILTRO DE LINHA, POTÊNCIA (VA): 500 VA; TENSÃO 127 V; FILTRO DE LINHA: EQUIPAMENTOS COM FILTRO DE LINHA DE ALTA CAPACIDADE MESA DE SOM DE 18 CANAIS: CARACTERÍSTICAS: BIVOLT. - 16 PRÉ-AMPLIFICADORES DE MICROFONES; - 02 ENTRADAS DE LINHA P10 TRS. - 06 AUX SENDS COM CONECTORES XLR BALANCEADOS, PROCESSAMENTO DE DINÂMICA, EQUALIZADORES FULL PARAMÉTRICO E EQUALIZADORES GRÁFICOS DE 31 BANDAS. - L/R MASTER COM CONECTORES XLR BALANCEADOS. - SISTEMA WIFI INCLUSO, OU SEJA, VOCÊ NÃO PRECISA DE UM ROTEADOR WIRELESS. - INTERFACE DE GRAVAÇÃO USB 18 IN/ 18 OUT. - CONEXÃO MIDI IN E MIDI OUT. - 47 PLUGINS INCLUINDO EMULAÇÕES DOS FAMOSOS LA2A, UREI 1176, EQUALIZADORES PULTEC MAQUINAS LEXICON E MUITO MAIS. - OPERAÇÃO REMOTA VIA WIFI PODENDO SER UTILIZADO COM WINDOWS, MAC OS, LINUX, IPAD, IPHONE E ANDROID. - DIMENSÕES: (AXLXP) 15 X 34 X 14 - PESO: 4KG.	1	UN			
2	ROTEADOR WIRELESS: CARACTERÍSTICAS WIRELESS; FREQUÊNCIAS: 2.4 GHZ E 5 GHZ (DUAL BAND SIMULTÂNEO); VELOCIDADE 5 GHZ: ATÉ 867 MBPS (802.11AC); VELOCIDADE 2.4 GHZ: ATÉ 300 MBPS (802.11N); POTÊNCIA DE TRANSMISSÃO: CE: <20DBM(2.4GHZ), <23DBM(5GHZ); MODOS DE OPERAÇÃO: ROTEADOR, PONTO DE ACESSO (AP) E REPETIDOR DE SINAL. CARACTERÍSTICAS DE HARDWARE E PORTAS ETHERNET: 1 PORTA WAN 10/100 MBPS + 4 PORTAS LAN 10/100 MBPS; ANTENAS: 4 ANTENAS EXTERNAS FIXAS OMNIDIRECIONAIS; BOTÕES: BOTÃO WPS/RESET, BOTÃO LIGAR/DESLIGAR WI-FI E BOTÃO LIGA/DESLIGA GERAL; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 9V 700.85A (ACOMPANHA O PRODUTO) TABLET: MÍNIMO DE 128GB, WIFI, CÂMERA PRINCIPAL 13MP, CÂMERA FRONTAL 12MP, MÍNIMO DE 8 GB RAM, BATERIA DE MÍNIMO DE 8.000 MAH, RESISTENTE À ÁGUA E POEIRA. TELA NO MÍNIMO 10". S PEN E CAPA TECLADO INCLUSAS. CARREGADOR DE PAREDE INCLUSO. PRODUTO DEVE SER NOVO, SEM USO. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS RECONDICIONADOS, USADOS OU DE MOSTRUÁRIO. DEVE ESTAR DEVIDAMENTE HOMOLOGADO PELA ANATEL.	1	UN			
3		1	UN			
4		1	UN			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (.....)	
Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de _____ dias.	CARIMBO CNPJ
Prazo de entrega/Execução: conforme Edital.	
Prazo e condições de pagamento: conforme Edital.	
(Local e data) _____ / _____ / _____	Nome e Assinatura _____



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ - MS

Rua Antônio João Ribeiro , 570 - Centro

CNPJ: 01951086/0001-09

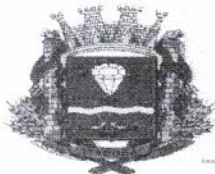
Lista de Produtos com Preço Médio

ANEXO III

Página 1 de 1

Licitação: 000012/26 DISPENSA

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
1	004.004.296	ESTABILIZADOR COM FILTRO DE LINHA ESTABILIZADOR: POTÊNCIA (VA): 500 VA; TENSÃO 127 V; FILTRO DE LINHA: EQUIPAMENTOS COM FILTRO DE LINHA DE ALTA CAPACIDADE	UN	1	349,27	349,27
2	004.004.295	MESA DE SOM DE 18 CANAIS MESA DE SOM DE 18 CANAIS: CARACTERÍSTICAS: BIVOLT. - 16 PRÉ-AMPLIFICADORES DE MICROFONES; - 02 ENTRADAS DE LINHA P10 TRS. - 06 AUX SENDS COM CONECTORES XLR BALANCEADOS, PROCESSAMENTO DE DINÂMICA, EQUALIZADORES FULL PARAMÉTRICO E EQUALIZADORES GRÁFICOS DE 31 BANDAS. - L/R MASTER COM CONECTORES XLR BALANCEADOS. - SISTEMA WIFI INCLUSO, OU SEJA, VOCÊ NÃO PRECISA DE UM ROTEADOR WIRELESS. - INTERFACE DE GRAVAÇÃO USB 18 IN/ 18 OUT. - CONEXÃO MIDI IN E MIDI OUT. - 47 PLUGINS INCLUINDO EMULAÇÕES DOS FAMOSOS LA2A, UREI 1176, EQUALIZADORES PULTEC MAQUINAS LEXICON E MUITO MAIS. - OPERAÇÃO REMOTA VIA WIFI PODENDO SER UTILIZADO COM WINDOWS, MAC OS, LINUX, IPAD, IPHONE E ANDROID. - DIMENSÕES: (AXLXP) 15 X 34 X 14 - PESO: 4KG.	UN	1	7.905,18	7.905,18
3	004.002.076	ROTEADOR WIRELESS ROTEADOR: CARACTERÍSTICAS WIRELESS; FREQUÊNCIAS: 2.4 GHZ E 5 GHZ (DUAL BAND SIMULTÂNEO); VELOCIDADE 5 GHZ: ATÉ 867 MBPS (802.11AC); VELOCIDADE 2.4 GHZ: ATÉ 300 MBPS (802.11N); POTÊNCIA DE TRANSMISSÃO: CE: <20DBM(2.4GHZ), <23DBM(5GHZ); MODOS DE OPERAÇÃO: ROTEADOR, PONTO DE ACESSO (AP) E REPETIDOR DE SINAL. CARACTERÍSTICAS DE HARDWARE E PORTAS ETHERNET: 1 PORTA WAN 10/100 MBPS + 4 PORTAS LAN 10/100 MBPS; ANTENAS: 4 ANTENAS EXTERNAS FIXAS OMNIDIRECIONAIS; BOTÕES: BOTÃO WPS/RESET, BOTÃO LIGAR/DESLIGAR WI-FI E BOTÃO LIGA/DESLIGA GERAL; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 9V ? 0.85A (ACOMPANHA O PRODUTO)	UN	1	355,55	355,55
4	004.002.075	TABLET TABLET: MÍNIMO DE 128GB, WIFI, CÂMERA PRINCIPAL 13MP, CÂMERA FRONTAL 12MP, MÍNIMO DE 8 GB RAM, BATERIA DE MÍNIMO DE 8.000 MAH, RESISTENTE À ÁGUA E POEIRA. TELA NO MÍNIMO 10". S PEN E CAPA TECLADO INCLUSAS. CARREGADOR DE PAREDE INCLUSO. PRODUTO DEVE SER NOVO, SEM USO. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS RECONDICIONADOS, USADOS OU DE MOSTRUÁRIO. DEVE ESTAR DEVIDAMENTE HOMOLOGADO PELA ANATEL.	UN	1	5.461,16	5.461,16
Total ->					14.071,16	14.071,16



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS

PROC.LIC. Nº _____/____

FOLHA Nº _____

Rubrica: _____

ANEXO IV

(Este anexo é um modelo)

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ ou CPF no. _____, sediada _____ (endereço completo) _____, por intermédio do seu representante ou procurador, sob as penas da Lei, declara:

- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- Declaração de que está ciente das condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
- Declaração de cumprimento da proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

(localidade) _____, de _____ de _____.

Nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

ANEXO V

(Este anexo é um modelo)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP

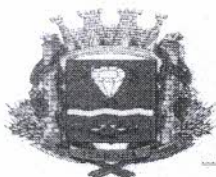
(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ ou CPF no. _____, sediada _____ (endereço completo) _____, Declaro o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte para recebimento de tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Declaro a observância do limite de contratações estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte no artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(localidade) _____, de _____ de _____.

nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

C.M. ITAPORÃ/MS

PROC.LIC. Nº _____/____

FOLHA Nº _____

Rubrica: _____

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ***/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ***/2026
CÓDIGO TC: XXXXXX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026 QUE
ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL
ITAPORÃ/MS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ/MS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 01.951.086/0001-09, com sede na Rua Antônio João Ribeiro Nº 570, Bairro Centro, no Município de Itaporã, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP: 79.890-000, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXX, Nº XX, Bairro XXXXXXXXXXXX, Município de XXXXXXXX, Estado de XXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da **Dispensa de Licitação Nº ____**, regida pelo *artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21*, celebram o presente contrato, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

REPRESENTANTES: Representa a **CONTRATANTE** a Sr(a). **XXXXXXXXXX**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXX SSP/MS e inscrita no CPF sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliada à Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, Nº XXXXXX, Bairro Centro, no Município de Itaporã, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP: 79.970-000, e a **CONTRATADA** o Sr. **XXXXXXX**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXX XXX e inscrito no CPF sob nº XXXXXXXXXXXX, com endereço comercial à XXXXXX, Bairro XX, Município de XXXXXXXX, Estado de XXXXX, CEP: XXXXXX.

Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 012/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Dispensa de Licitação Nº XXX/2026*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – XXXXXXXXXXXXXXXX

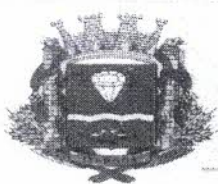
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX.	XX		

2.1 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.1.1 - O Termo de Referência;
- 2.1.2 - A Proposta do contratado;
- 2.1.3 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.2. Nos preços propostos presumem-se inclusos todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatária concluída,



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS

PROC.LIC. Nº _____/____

FOLHA Nº _____

Rubrica: _____

inclusive despesas com locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia e outros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato vigorará da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

4.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato;

4.2. Efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA, nos precisos termos dispostos neste instrumento;

4.3. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do presente pacto.

4.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na execução do objeto, utilizando-se da forma escrita, para que esta possa tomar as medidas necessárias.

4.5. Zelar pelo conteúdo dos produtos contratados, não transferindo acesso ou divulgando seu conteúdo a terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATADA.

4.6. Notificar à CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre a intenção de aplicação de multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

4.7. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1. Executar de acordo com sua proposta, normas legais e cláusulas deste contrato, o objeto contratado, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento de suas obrigações;

5.2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

5.3. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

5.4. Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou preposto, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

5.5. Manter canal de atendimento para representá-la durante a execução do contrato e para intermediar as solicitações entre as partes, realizada sempre que possível mediante mensagens eletrônicas/e-mails, o qual deverá ser aceito pelo CONTRATANTE.

5.6. Notificar à CONTRATANTE sobre a ocorrência de quaisquer irregularidades ou sobre a indisponibilidade da ferramenta, durante a execução e vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação abaixo discriminada e para exercício futuro a dotação que a substituir:

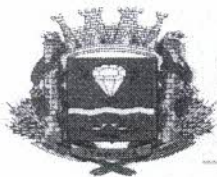
Órgão 01 – Câmara Municipal de Itaporã

Unidade 0101 – Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 01.031.1044.4029.0000

Elemento de despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Desdobro: 4.4.90.52.30 – Máquinas e Equipamentos Energéticos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

Órgão 01 – Câmara Municipal de Itaporã
Unidade 0101 – Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 01.031.1044.4029.0000
Elemento de despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
Desdobro: 4.4.90.52.33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto

Órgão 01 – Câmara Municipal de Itaporã
Unidade 0101 – Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 01.031.1044.4029.0000
Elemento de despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
Desdobro: 4.4.90.52.35 – Equipamentos de Processamentos de Dados

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO.

7.1. Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados mediante ordem bancária no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 25 combinado com o Art. 92, inciso II, da Lei nº Federal n.º 14.133/21 e alterações.

7.2. Serão retidos os tributos e taxas legais do valor da Nota Fiscal, se for o caso.

Os pagamentos devidos à licitante vencedora serão por meio de Ordem Bancária, devendo para isso ficar especificado:

- Nome do Banco.
- Agência com a qual opera.
- Localidade.
- Número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.

7.3. As Notas Fiscais deverão ser preenchidas com as descrições dos itens constantes na Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho, bem como quantidade, valor unitário, valor total de cada item e valor total da nota, ou seja, em conformidade com a proposta de preços apresentada no processo licitatório.

7.4. O pagamento somente será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação, nos termos do Art. 92, XVI da Lei nº 14.133/21.

7.5. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o Município de Itaporã, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento.

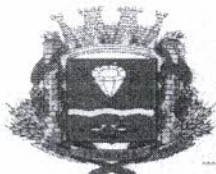
7.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela empresa vencedora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.7. Não será efetuado qualquer pagamento a licitante vencedora enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidades.

7.8. O legislativo não efetuará nenhum pagamento a licitante vencedora sem a devida apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, além das demais exigências legais.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE.

8.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante toda a vigência contratual, em razão da natureza do objeto e do prazo de execução da contratação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS
PROC.LIC. Nº _____/_____
FOLHA Nº _____
Rubrica: _____

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO.

9.1. O presente instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO.

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificara imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV- Multa:

1. moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcelainadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. compensatória de 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução totaldo objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS

PROC.LIC. Nº _____/____

FOLHA Nº _____

Rubrica: _____

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

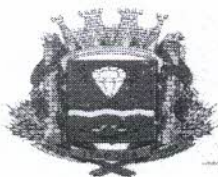
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

12.1. O presente Contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

13.1. A Câmara Municipal providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste Contrato, por extrato, na forma da legislação vigente.

13.2. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

CM ITAPORÃ/MS

PROC.LIC. Nº _____/____

FOLHA Nº _____

Rubrica: _____

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-- FORO (art. 92, §1º)

14.1. Fica eleito o Foro de Itaporã-MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itaporã-MS, ____ de _____ de 2026.

(nome)
Presidente
p/Contratante

(nome)
Nome da Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____